

Ver



SECÇÕES

1ª Página Destaque
Nacional Mundo
Espaço Público
Sociedade Cultura
Desporto Economia
Media Local Lisboa
Local Porto Local
Minho Última
Página Local Centro
Ficha Técnica

SUPLEMENTOS

Pública

Só Texto

Tempo

Calvin Bartoon

Programação TV



Ciência

Por ANTÓNIO BARRETO
Domingo, 18 de Abril de 2004

Após dois anos de apertos financeiros, de hesitações, de espera e de dois ministros, parece ter finalmente chegado a vez da ciência. Novas leis e regras (para a ciência e as universidades, para as carreiras do ensino superior e da investigação, para o sistema de financiamento das actividades e das instituições) estão a ser preparadas e algumas já anunciadas. Depois dos ciclos de desenvolvimento extensivo, a que o nome de José Mariano Gago ficou indelevelmente ligado, aproximamo-nos de uma nova era, a do desenvolvimento intensivo, do controlo de rigor, da avaliação de resultados, da solidez das instituições, da seriedade dos investigadores e do apuramento dos custos e benefícios dos investimentos feitos.

Esqueçamos os narizes de cera e os lugares comuns que fazem da ciência "o desafio" e "a aposta" das sociedades modernas, ou a "prioridade das prioridades" dos Estados e dos políticos. Deixemos também de lado o facto de a ciência (e a cultura, já agora...) se ter transformado numa espécie de condecoração, ou tão só decoração, que muitos governantes desejam ostentar na lapela, a fim de exhibir a sua atenção para as coisas do espírito e as preocupações com o futuro da humanidade. Fique apenas a certeza de que a ciência (e a cultura, já agora...) é uma nobre actividade, necessária ao espírito e ao corpo, indispensável ao bem-estar e à felicidade.

Acontece que a ciência é muito cara. Só os ricos a têm e podem praticar. Acontece ainda, paradoxo trágico, que os pobres a não têm, por isso ficam mais pobres. Nem os pequenos, por isso não crescem. Nem os ignorantes, por isso ficam mais estúpidos. Por outras palavras, quem a não tem e dela precisa, é justamente quem a não pode ter. A única maneira de sair deste dilema de dupla derrota consiste no esforço voluntarioso: contra o que é natural e provável, há que fazer ciência, a fim de, um dia, poder sair do beco. Numa sociedade como a nossa, em que todos, público e privado, são pobres, compete ao Estado o papel de pioneiro e financiador. É o que acontece há muito tempo, com especial relevo desde há alguns anos. Sem o que a ciência seria ainda mais incipiente do que é hoje. É verdade, todavia, que esse esforço foi sempre insuficiente. Economicamente atrasado, culturalmente pouco desenvolvido, tecnicamente tosco, o país não tem massa crítica (empresas, mercado, riqueza, universitários, cientistas, técnicos, intelectuais, tecnologia...) que tenha tornado a ciência uma actividade de relevo. Mas, porque da ciência quase tudo depende, da liberdade à vida e à segurança e da cultura ao conforto e ao rendimento, justifica-se que esta área seja uma de especial atenção, de incansável investimento e de seriedade a toda a prova. E enquanto a sociedade

não está à altura, nem tem capacidades de criar ciência em todos os ramos, o caminho a seguir é evidentemente o da divulgação de massas, nas escolas, das bases essenciais do espírito científico (o que actualmente não se faz); e o de assegurar a formação das primeiras gerações de cientistas. Por isso é de louvar o esforço feito, nos últimos tempos (e nos próximos, espera-se...), a fim de formar anualmente centenas de cientistas no estrangeiro, donde nos pode chegar muito do que nos faz falta. Se um esforço desses for feito durante três ou quatro décadas, de modo consistente, Portugal poderá ser, após esse período, um país diferente. Já hoje, com uns poucos milhares de jovens a fazer doutoramento noutros países, se sentem diferenças relativamente àquele tempo em que a investigação científica servia de mecanismo de reprodução de uma abjecta classe de mandarins académicos.

Os novos sistemas de financiamento anunciados esta semana encontram-se em discussão pública até 30 de Abril, o que perfaz dezoito dias! É simplesmente ridículo e terá de ser dilatado. A sua discussão exige tempo, espaço e complexidade incompatíveis com meros artigos de jornal ou frases para o telejornal. Alguns dos dispositivos anunciados denotam um espírito de seriedade que importa louvar. Mas os mecanismos de atribuição são obsoletos. As regras são extremamente complicadas e universais, respondendo ao mito da imparcialidade e da avaliação "cega". Fica patente a obsessão das "grelhas de análise", quase mecânicas, que impedem uma avaliação de qualidade. Está presente a mitologia das "redes internacionais", como garantia de qualidade, o que já se sabe que é em parte aldrabice. O poder de decisão está demasiado centralizado no Estado. É flagrante o desprezo pelas disciplinas das humanidades e das ciências humanas e sociais (literaturas, línguas e linguística, filosofia, sociologia, história, economia, política, administração, gestão, direito, psicologia, arqueologia, antropologia, todas as artes...), sendo os critérios dominados pelas praxes de algumas ciências ditas exactas ou da natureza. A exigência de 100 artigos publicados em revistas internacionais, por exemplo, é saloia e exhibe um notório desprezo pelos livros publicados. Em numerosas ciências e disciplinas não há ninguém no mundo que tenha atingido a centena de artigos, a não ser que se publiquem eternamente os mesmos, com actualizações marginais. Pedro Magalhães fez uma oportuna investigação e verificou que dezenas de cientistas, entre os mais famosos do mundo, incluindo muitos prémios Nobel, jamais seriam contemplados com os critérios portugueses!

Falta saber, além disso, se faz sentido procurar os cientistas portugueses com boas carreiras no estrangeiro e convidá-los a regressar a Portugal. Uma coisa sei: não é com dinheiro que eles vêm. Se, além de um rendimento decente, não lhes forem proporcionadas condições científicas e institucionais adequadas, nem um virá. Pior: os que vierem sensibilizados pelo canto da sereia correm o risco de chegar e estiolar, perdendo grande parte do seu tempo útil em discussões administrativas, chicanas burocráticas e intrigas de promoção. Bem mais importante do que as bolsas (aliás já existentes para os jovens doutorados e conhecidas como sendo de "pós doutoramento") é a construção institucional, a criação e o desenvolvimento de instituições capazes e fiáveis, responsáveis perante

a sociedade e a comunidade científica.

Mas o pior de tudo é a subalternidade a que são votadas as universidades. Deveriam ser estas a escolher os seus cientistas e a pagar-lhes o que eles valem, incluindo portugueses repatriados e estrangeirados, jovens ou veteranos. São as universidades que sabem o que querem e são elas que podem avaliar, no concreto e no individual, aquilo de que precisam. Manter as universidades sob tutela financeira e científica é erro crasso, que os sucessivos governos não conseguem corrigir. Há mecanismos suficientes e conhecidos (receitas, fiscalização à posteriori, avaliação de resultados, controlo pela comunidade académica e pelas sociedades científicas, etc.) para reprimir e corrigir abusos. A ciência é bem diferente das equipas de desporto que, por um tempo, contratam um ídolo, mas que depois, sem ele, regressam à triste vida de paróquia. ▲

OUTROS TÍTULOS EM ESPAÇO PÚBLICO

RETRATO DA SEMANA

- Ciência

EDITORIAL

- O inimigo em face (1)

OPINIÃO

- Eu cá sou como S. Tomé
- A ópera, as políticas e os públicos
- Uma crónica com vários títulos
- Juízo, Vanessa

CARTAS AO DIRECTOR

- A extinção da UARTE!
- Pedido de correcção

publico.pt publiconline última hora desporto guia do lazer bd cinecartaz tvzine
fotojornalismo calvin bartoon tempo serviço público copyright publicidade ficha
técnica

© 2000 PÚBLICO Comunicação Social, SA
Emails: Direcção Editorial - Webmaster - Publicidade